

Património Cultural e Associativismo

Francisco Sousa Lobo e Sofia Costa Macedo

www.amigosdoscastelos.org.pt

Partimos hoje de um princípio que o conhecimento e uso do Património Cultural, são assumidos como sendo um direito dos cidadãos, mas também todos os cidadãos são responsáveis pela sua salvaguarda e manutenção.



A responsabilidade pelos valores do património é assim partilhada com o conjunto global das sociedades, abrindo caminho para uma renovação nas políticas e práticas de intervenção e gestão do património. Estariam então criadas as condições para a implementação de uma filosofia em que a responsabilidade pelo património cultural seria partilhada pelas autoridades públicas e pelo sector não governamental, onde as associações teriam um papel importante.

Este princípio foi adoptado na União Europeia. De acordo com a Resolução do Conselho sobre uma Agenda Europeia para a Cultura “a interacção com e no interior das sociedades civis, tanto a nível nacional como europeu, é um importante elemento para conhecer as opiniões das partes interessadas no contexto de um exercício regular de informação”. Além deste aspecto, a agenda europeia salienta de várias formas a participação dos intervenientes não governamentais como condição de promoção de um maior conhecimento e entendimento. Assim, esta visão para o património cultural passa a basear-se numa política de estabelecimento de parcerias entre estes dois agentes, salientando a importância das instituições não governamentais na sua relação de proximidade com as populações.

A sociedade civil assume assim funções essenciais desempenhando tarefas no campo da mediação, do fornecimento de serviços, da divulgação, da educação, da promoção cultural, do “lobbying”, concertando-se com as

entidades governamentais, gestoras quer dos espólios, quer dos meios de financiamento.

Em Portugal, a análise do movimento associativo relacionado com o Património Cultural, não é uma tarefa simples. Em primeiro lugar tem sido um assunto algo à margem dos debates sobre património, embora estes tenham vindo a ganhar expressão no panorama da investigação em Portugal. O discurso mais enquadrado no âmbito da História da Arte ou da Arquitectura tem vindo a ser complementado por outro mais centrado em campos da esfera social como por exemplo a relação entre património e cidadania, património e identidade, património e turismo, património e economia, mas a informação sobre o associativismo patrimonial ainda é escassa e sobretudo pouco sistematizada.

Uma segunda questão relaciona-se com a classificação e identificação das estruturas associativas. Assistimos hoje à agregação das associações de defesa de património com as de ambiente, com objectos de estudo específicos por vezes muitos díspares. Podemos referir a Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente que integra 110 ADA/ONGA (Associações de Defesa do Ambiente/ Organizações Não Governamentais de Ambiente) de âmbitos Nacional, Regional e Local e de grande diversidade temática que vai desde a conservação da Natureza, o ordenamento do território, o património construído, o ambiente urbano, os transportes alternativos, o bem-estar animal, a agricultura biológica, a educação

ambiental e actividades específicas como a espeleologia, o montanhismo, o escutismo e o cicloturismo.

Poderíamos ainda incluir o imenso espectro de associações de natureza sócio-cultural com enorme expressividade no país, e que, em grande parte também agem em prol do património, não sendo esse o seu objecto exclusivo.

Efectivamente o que deve ser ressaltado é o importantíssimo papel das associações de defesa de património, na história recente do país. Foram estas associações que, após a revolução de 1974, trouxeram o património para as “luzes da ribalta”. E do seu esforço que resultou um conjunto de medidas de valorização, salvaguarda e divulgação do património português, como por exemplo as iniciativas de classificação, os espaços de debate e troca de informações, as campanhas nacionais de divulgação. As associações de defesa de património, que viram o seu número crescer exponencialmente na década de 80, estavam na linha da frente e em consonância com o que se preconizava fora das fronteiras. É por exemplo, pela acção da APAI, que a Central Tejo foi preservada; ou ainda a acção da ASPA na defesa da cidade romana de Bracara Augusta, apenas para citar alguns exemplos.

Hoje o desafio é retomar esse papel de uma forma generalizada, fortalecendo a sociedade civil em Portugal. Há alguns aspectos que se afiguram importantes: de acordo com a Agência Portuguesa de Ambiente, em 2010, haveria um total de cerca de 190.00 associados repartidos

1 | Torre do Castelo de Penela.



“

Efectivamente o que deve ser ressaltado é o importantíssimo papel das associações de defesa de património, na história recente do país. Foram estas associações que, após a revolução de 1974, trouxeram o património para as “luzes da ribalta”.

”

por 116 ONG de âmbito ambiental (nas quais se incluem as associações de defesa de património), o que grosso modo diz respeito a 1,7% da população. Haveria ainda que repartir estes valores pelas associações de defesa de património para chegarmos à conclusão que, para promover as alterações que se pretende em relação ao papel da sociedade civil, há que cativar mais camadas da população.

Parte da retoma desse papel passa também por uma mudança de atitude das entidades governamentais face ao papel das associações. É necessário que estas sejam ouvidas, à partida, sobre os assuntos de natureza patrimonial que influem directamente sobre as comunidades. Nos casos em que tal aconteceu, em que houve um diálogo prévio com discussão conjunta de soluções entre Estado e Associações, os resultados foram muito positivos.

A Fortaleza de São Sebastião em Castro Marim, a Fortaleza de Sagres, as muralhas de Cacela são exemplos em que a Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos estabeleceu diálogo com as entidades tutelares e fez aprovar projectos tendo em conta o interesse das comunidades e os valores patrimoniais em presença.

Uma última reflexão liga o associativismo (patrimonial) ao voluntariado. O Conselho de Ministros da União Europeia, declarou oficialmente 2011, Ano Europeu das Actividades Voluntárias que Promovam uma Cidadania Activa. Mais concisamente o ano Europeu do Voluntariado. Esta decisão vem no seguimento da



2 3

2 | *Visita de estudo a Noudar.*

3 | *Visita de estudo a Lousã.*

reflexão nesta área enquanto prioridade e objectivo político da Agenda Europeia. Para as instâncias europeias o voluntariado apresenta-se como um instrumento de ligação com os cidadãos e as suas necessidades, capaz de promover a criação de uma sociedade inclusiva, que ultrapasse discriminações e combata a pobreza, permitindo que cada estado membro atinja patamares desejados de desenvolvimento económico.

Os movimentos associativos em Portugal não se dissociam da realidade do voluntariado, constituindo mesmo uma mais-valia em termos de sociedade. Se olharmos para a ajuda social, o desporto

ou o folclore verificamos um grande dinamismo. Lembramos ainda que a grande maioria das associações, tem voluntários a ocupar os órgãos sociais, ou a desenvolver actividades. O caminho a seguir terá que ser definido um pouco por cada associação, dentro do seu âmbito de actuação e do seu objecto de estudo. Contudo teremos que pensar em caminhos em que as associações incluam na sua estrutura operativa, equipas de profissionais de forma a responder às exigências que são colocadas: recursos humanos especializados com formação adequada enquadrando de várias formas um voluntariado activo e participante ■